



NOSSO FUTURO NÃO SERÁ TERCEIRIZADO

Projeto de lei prevê terceirização em atividade-fim

Projeto de Lei da Câmara
30/2015, em trâmite no Senado,
pode aumentar índices de
acidentes, mortes e trabalho
escravo no Brasil

PÁGINAS 4 e 5



Projeto da Câmara altera Lei Anticorrupção

O objetivo do projeto é que os administradores sejam punidos, não as empresas, desde que elas reparem os danos causados. Pág. 7

• OPINIÃO

Abrir mão do
Estado Democrático
de Direito é um erro

PÁG. 2



• DEBATE

“Impeachment ou
Golpe?” foi o tema do
primeiro Café & Política

PÁG. 3

• PETRÓLEO

Operação Lava-Jato
atende aos interesses das
petrolíferas internacionais

PÁG. 7

DEMISSÕES NO CREA-RJ VIOLAM DIREITOS DOS TRABALHADORES PÁG. 6

FIM DE UM CICLO

Embora a maioria dos analistas políticos, ao analisar a atual conjuntura brasileira, teime em separar a crise econômica da crise política, na realidade a segunda tem precedência sobre a primeira. Onde situar então a origem dos graves problemas que atravessamos? Novamente teremos que recorrer ao nosso passado recente, principalmente a última fase da transição da ditadura civil-militar, no que agora chamamos os "governos de coalizão", montados a partir do primeiro governo FHC.

Este tipo de arranjo privilegiou um determinado sistema de alianças políticas voltadas para uma mera sustentação do governo sem nenhuma preocupação com o longo prazo, com as questões estratégicas do país e sem nenhuma proposta ou projeto de nação. Isto nunca esteve em nenhum momento em discussão. A "governabilidade" era a palavra mágica e a senha para suprimir o debate, pois o que estava em jogo era ela. Nunca fomos a fundo para discutir governabilidade de quem e para manter o quê?

Como de praxe sempre ocorre no Brasil, as dificuldades e contradições de tal sistema são sempre "resolvidos" por cima, distribuindo cargos, dinheiro através de emendas parlamentares e transformando o aparato governamental em um grande condomínio. Foi o fim da política, principalmente da política com p maiúsculo.

Mas os fatos são obstinados e a realidade cobra seu direito à existência. Todo esse sistema político envelheceu e não mais atende as nossas necessidades, além de apresentar um alto custo social e político. Um novo arranjo de forças políticas, com uma nova visão e um projeto político generoso para com os menos favorecidos, tem que ser urgentemente criado sob pena de continuarmos nesta "via crucis".

Abrir mão do Estado Democrático de Direito é um erro grave!

AGAMENON OLIVEIRA

O maior bem que uma pessoa e uma sociedade podem ter é a liberdade. Este direito inalienável foi conquistado a partir de muita luta ao longo de nossa história. Ainda que muitos políticos não correspondam aos anseios da população, não podemos abrir mão do Estado Democrático de Direito e retornar ao passado sombrio da ditadura.

O Brasil viveu 21 anos de regime ditatorial quando a democracia, responsável por assegurar as liberdades individuais e coletivas, foi abolida. O Congresso foi fechado e, quando funcionava, era um mero carimbador das decisões do executivo militarizado. A justiça também foi amordaçada pela hegemonia dos tribunais e auditorias militares. O país não era mais regido pela lei, mas pelo jugo dos militares. A Lei de Segurança Nacional surgiu para eliminar o habeas corpus e outros dispositivos legais de proteção. As pessoas podiam ser presas e torturadas por vários dias sem que ninguém soubesse, como meio de extrair informações.

Os exemplos são muitos: Rubens Paiva, que na época era deputado federal, foi torturado e morto nas dependências do DOI-Codi por ter trazido correspondência de exilados brasileiros no Chile para seus familiares no Rio. Os militares passaram por cima de sua imunidade parlamentar e prenderam-no ilegalmente. Até hoje seu corpo não foi encontrado. Mário Alves, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi preso em Niterói e barbaramente torturado, chegando a ser empalado com um cassetete, como comprovam os estudos do grupo "Tortura Nunca Mais". Cerca de 300 pessoas seguem, até hoje, desaparecidas. Milhares foram perseguidas.

Professores eram demitidos quando os militares avaliavam haver simpatia com os comunistas, ou quan-

do faziam críticas ao regime militar em sala de aula.

Na guerrilha do Araguaia, onde foi criado um "foco" guerrilheiro, os militares agiram com uma brutalidade - digna dos nazistas. Em sua maioria, os guerrilheiros eram compostos por cerca de sessenta estudantes famintos e mal armados. Qual era o risco de derrubarem o regime militar? Zero. Foram quase todos mortos, decapitados, e suas cabeças exibidas como troféus e usadas como uma forma de intimidação dos habitantes dos vilarejos da região. José Genoíno foi um dos poucos que escaparam. Passou cinco anos preso.

Embora tenhamos voltado ao estado democrático de direito, nas favelas ainda se vive um regime de exceção. A lei não prevalece. Quem manda é a Polícia Militar, as milícias e facções criminosas que se utilizam de práticas como ameaças, torturas e assassinatos para garantir o seu poder sobre as comunidades com a conivência dos poderes instituídos.

É inconcebível que alguém possa pedir a volta dos militares, a não ser que desconheça minimamente o que foi esse período. Isso não quer dizer que as manifestações que questionam o governo, como a do último dia 16, não sejam legítimas. Elas devem ser canalizadas para pressionar o Congresso e o governo para mudar a sua agenda e incluir pontos essenciais para a maioria da população.

Para que a sociedade avance, a democracia também deve avançar. Devemos investir na radicalização do conceito de bem-estar social, lutando pela expansão de nossos direitos e aprofundamento das nossas conquistas.

É inconcebível que alguém possa pedir a volta dos militares, a não ser que desconheça minimamente o que foi esse período

* Agamenon é diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisor: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Participaram da mesa o ex-ministro da Educação Tarso Genro, o deputado federal Wadhi Damous e o ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Roberto Amaral

Direita perde as eleições e tenta golpe

Contra a tentativa de golpe da direita, o ex-presidente do PSB Roberto Amaral destaca a importância de organizar uma frente ampla e aberta de esquerda

O SENGE-RJ recebeu o ex-ministro da Educação Tarso Genro, o deputado federal Wadhi Damous e o ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Roberto Amaral para a primeira edição do Café e Política, mesa de debates criada pelo Sindicato para discutir os temas que impactam a vida do cidadão. Na primeira edição, realizada no dia 21 de agosto, o tema “Impeachment ou Golpe?” trouxe para discussão os pedidos de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff e a situação política e econômica do Brasil. O evento também contou com a presença de diretores do Sindicato, jornalistas e militantes de movimentos sociais.

Desde que Dilma foi reeleita, em 2014, com 51,6% dos votos, protestos em todo o Brasil têm sido organizados contra o governo. Embora sejam definidos como protestos “contra a corrupção”, é comum ver pedidos de impeachment contra a presidenta e até pela volta da Ditadura Militar.

Para Roberto Amaral a “classe dominante não está preocupada com a legalidade e nunca esteve”.

“A direita temia nossa capacidade de retaliação nas ruas. Se ela se convencer de que não incomodamos mais, o jogo terminou”. Afirma que é necessário fortalecer uma ampla e aberta frente de esquerda, “com núcleo de esquerda, mas não (totalmente) de esquerda, sem pensar no processo eleitoral e sem pensar nos partidos”.

LEGALIDADE?

Para o advogado e deputado federal

Wadhi Damous, o processo de impeachment deve ter base na Constituição “e não em motivos inventados”. “Não se trata de defesa do governo Dilma. Se trata de defesa da legalidade do mandato presidencial”, afirmou.

Para que um processo de impeachment seja aberto e tenha consistência, devem existir provas de que o presidente cometeu algum crime comum, como homicídio ou roubo, ou crime de responsabilidade, como improbidade administrativa. De acordo com a Lei 1079/50, que regula o respectivo processo de julgamento, caso o impeachment seja considerado procedente – quem julga é o presidente da Câmara dos Deputados – o vice-presidente assume. Caso este seja afastado ainda durante a primeira metade do mandato, novas eleições são convocadas. Caso isso ocorra após a primeira metade do mandato, as eleições são indiretas. Enquanto isso, quem assume é o presidente da Câmara dos Deputados.

Para Roberto Amaral, há pouca possibilidade de haver um golpe como no passado, com intervenção militar, por exemplo. Hoje busca-se o impeachment e, para isso, “não há necessidade de base legal. Não há necessidade de seguir o rito constitucional já que o direito é um pacto feito pelas classes dominantes, pacto que se rompe no momento em que estas classes sentem a necessidade de desobedecê-lo. Não faltam juristas (ligados às classes dominantes) para isso”. Entretanto acredita que um eventual impeachment, no

momento, é desnecessário, já que a política econômica adotada é a mesma que o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), adotaria. Sendo assim, “o golpe já aconteceu”.

INTERFERÊNCIA DA MÍDIA

Para Tarso Genro, “o traço mais característico da conjuntura não é a tentativa de impeachment e sim a aliança de uma grande parte das classes dominantes brasileiras com a gangsterização da política e com um setor muito representativo, superior, da burocracia estatal. Por dentro deste pacto político é que eles vêm fazendo seus movimentos. É um novo partido político que não é o PSDB nem o PMDB e sim o grande sistema oligopólico de comunicações que agrega, através de organizações superiores da alta classe dominante, como o instituto Milenium, que reúne 90% da classe dominante brasileira, a agenda política, o conservadorismo da reação no Brasil”.

Assim sendo, Tarso acredita que os oligopólios midiáticos e as grandes corporações formaram um novo partido e vêm pautando a agenda política brasileira.

Wadhi Damous cita como exemplo a Operação Lava-Jato, que investiga o esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás e empreiteiras. Ele critica a forma como a investigação está sendo conduzida e a atuação da mídia, provavelmente se referindo aos “vazamentos seletivos”, do processo

que, correndo em “sigilo de justiça”, vaza depoimentos específicos, do interesse da mídia conservadora, para os principais meios de comunicação, como é do conhecimento geral.

“Como um integrante do Ministério Público pode dizer, em um culto em São Paulo, que está obedecendo a desígnios divinos? Além disso, a mídia cria a ideia de que a corrupção é a única mazela que aflige o país e que, para combatê-la, vale tudo”, disse Damous.

CRESCIMENTO DO CONSERVADORISMO

Durante o debate, também foi muito discutido o crescimento da direita e o avanço do conservadorismo. Para Roberto Amaral, a crise fundamental não são as ameaças ao governo, mas o avanço da direita no Brasil.

“Torço diariamente para que as minhas reflexões estejam erradas, mas acredito que o nosso desafio é a conquista de corações e mentes não só da classe média, mas também da pequena burguesia e de setores populares seduzidos pelas teses mais reacionárias, como a intolerância e a violência verbal que descamba seriamente para a violência física”, diz o político, ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Ele demonstra assim sua preocupação de que o crescimento da direita representa o crescimento de uma visão racista e xenófoba de mundo. “O nazismo não começou no Holocausto. Começou silencioso. A gente só vê quando explode”, afirma Amaral.

Terceirização flexibiliza leis trabalhistas e enfraquece a luta dos trabalhadores

PROJETO DE LEI DA CÂMARA 30/2015, EM TRÂMITE NO SENADO, PODE AUMENTAR ÍNDICES DE ACIDENTES, MORTES E TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Das 79 mortes ocorridas no setor elétrico apenas em 2011, 61 foram de trabalhadores terceirizados. Hoje, os terceirizados representam 20% dos trabalhadores brasileiros com carteira assinada. Isso corresponde a cerca de 12 milhões de pessoas, que estão submetidas a um regime de trabalho com alto índice de exploração, pouca segurança e flexibilização máxima dos direitos trabalhistas. Os dados estão presentes no dossiê "Terceirização e Desenvolvimento - Uma conta que não fecha", elaborado pela Secretaria Nacional de Relações de Trabalho da CUT em parceria com o Dieese. Para Gunter de Moura Angelkorte, diretor de negociações coletivas no Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio, o número de mortes e acidentes de trabalho tende a aumentar significativamente caso o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que amplia esse modelo de contratação, seja aprovado. O engenheiro acredita que ampliar a terceirização significa precarizar ainda mais o trabalho. "É uma involução de todos os direitos do trabalhador, inclusive do direito à saúde, educação e lazer".

O Projeto de Lei da Câmara (PLC)

30/2015 deriva do Projeto de Lei 4330/2004, de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO) - empresário e dono da indústria de biscoitos MABEL -, que foi aprovado em abril na Câmara por 324 votos a favor, 137 contrários e duas abstenções. Atualmente, a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) autoriza a contratação de trabalhadores terceirizados, mas apenas para atividades-meio, isto é, atividades que não tenham relação com a atividade principal da empresa contratante. Mas caso o PLC seja aprovado no Senado Federal, a terceirização será possível também para atividades-fim. Assim, todo profissional poderá ser terceirizado, mesmo no setor público.

ESCRavidão contemporânea

Gunter avalia que permitir a terceirização de atividades-fim terá consequências nefastas para a classe trabalhadora. "O Brasil vai se transformar em um país de trabalho escravo", conclui. De fato, a relação entre a terceirização e o trabalho análogo ao escravo já pode ser comprovada. Segundo Vitor Araújo Filgueiras, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) da UNICAMP e auditor fiscal do Ministério do Trabalho e

Emprego, "dos 10 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos no Brasil entre 2010 e 2013, em 90% dos flagrantes, os trabalhadores vitimados eram terceirizados, conforme dados obtidos a partir do total de ações do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego".

A superexploração do trabalhador terceirizado ocorre principalmente porque a empresa contratante não é legalmente obrigada a se responsabilizar pelo pagamento e segurança desses funcionários, cabendo às empresas que administram a mão-de-obra terceirizada fiscalizar as condições do trabalho.

Na prática, o modelo dificulta a fiscalização e, conseqüentemente, a garantia dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como o décimo-terceiro salário, férias remuneradas, o respeito à jornada de trabalho e à organização sindical. Caso o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 seja aprovado, o quadro do trabalho análogo ao escravo no Brasil tende a se agravar.

TRABALHO QUE MATA

O dossiê elaborado pela CUT e o Dieese aponta que "os trabalhadores terceirizados estão mais sujeitos a acidentes e mortes no local de trabalho do que os trabalhadores contratados diretamente". A terceirização é especialmente perigosa no setor elétrico porque as empresas geralmente não respeitam a NR10, norma do Ministério do Trabalho que versa sobre segurança em instalações e serviços de eletricidade. O diretor de negociações coletivas do Senge-RJ, Gunter Angelkorte, relata que os trabalhadores não recebem o treinamento adequado, falta até equipamento de proteção individual. "No setor elétrico, acidente de trabalho costuma ter três



Permitir a terceirização de atividades-fim terá consequências nefastas para a classe trabalhadora

Gunter Angelkorte
 Diretor de negociação coletivas
 do Senge/RJ



► **20%** dos trabalhadores brasileiros que têm carteira assinada são terceirizados. Isso corresponde a cerca de **12 milhões** de pessoas.

► Das **79 mortes** ocorridas no setor elétrico apenas em 2011, **61** foram de trabalhadores terceirizados.

► Em **90%** dos flagrantes de condições análogas à de escravos no Brasil entre 2010 e 2013, os trabalhadores vitimados eram terceirizados.

► Na Petrobrás, o número de trabalhadores terceirizados **cresceu 2,3 vezes** de 2005 para 2012. No mesmo período, o número de acidentes de trabalho apresentou **aumento de 12,9 vezes**, e 85 trabalhadores terceirizados morreram em serviço.

consequências: queimadura grave, mutilação ou morte.”

Apenas na Petrobrás, o número de trabalhadores terceirizados cresceu 2,3 vezes de 2005 para 2012. No mesmo período, o número de acidentes de trabalho apresentou aumento de 12,9 vezes, e 85 trabalhadores terceirizados morreram em serviço.

Mas os acidentes e mortes ocorridas em serviço não são a única maneira a partir da qual a terceirização atua sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde terceirizados iniciaram o ano com meses de salário atrasados, quatro trabalhadoras tiveram problemas de saúde relacionados ao estresse e hoje tomam remédio controlado. Terezinha Costa, uma das diretoras da Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, aponta algumas causas: “Juntou tudo, a fome, o descaso, o abuso de poder. Cada dia que passava, era mais tristeza para os meus colegas, alguns não tinham o que comer, outros estavam sendo despejados, e nenhuma resposta da reitoria.” Terezinha denuncia os interesses perversos por trás do PLC 30/2015: “A terceirização é

uma forma de sonegar ainda mais os nossos direitos. Os empregadores gastam muito. Não tem um serviço de qualidade. A terceirização veio para matar e destruir.”

IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA LUTA DOS TRABALHADORES

O caso da UFRJ comprova os riscos da terceirização para a luta dos trabalhadores. A CLT determina que a categoria profissional é um dos parâmetros para a organização sindical. Portanto, os trabalhadores terceirizados, que são tratados pela legislação vigente como prestadores de serviço de áreas específicas, não podem compor um mesmo sindicato, embora se encontrem no mesmo espaço de trabalho e sejam submetidos a condições semelhantes de exploração. Entendendo que a organização coletiva fortalecerá esses profissionais nas negociações com as empresas e a reitoria, os terceirizados da universidade fundaram, em abril deste ano, uma associação (ATTUFRJ) que reúne trabalhadores da limpeza, portaria, vigilância, almoxarifado e manutenção técnica. Para Terezinha, o principal desafio do processo vem sendo mobilizar os trabalhadores, que têm medo de ser demitidos, como aconteceu com ela

no início do ano. Em meio a protestos pela regularização dos salários e benefícios atrasados, Tereza recebeu aviso-prévio da empresa Qualitécnica, onde trabalhava. Hoje, ela continua na universidade, mas vinculada a outra empresa de mão-de-obra terceirizada.

Embora reconheça a importância das associações de trabalhadores, o diretor de Negociações Coletivas do Senge-RJ pondera que elas não têm a mesma representatividade e o mesmo poder que os sindicatos. “Um sindicato pode entrar com ação na justiça sem precisar nominar o autor da ação. A associação não tem esse poder. Isso faz uma diferença muito grande, porque um modelo expõe o trabalhador e o outro não.”

Gunter defende que é preciso lutar contra o Projeto de Lei da Câmara 30/2015, que acentuaria a pulverização da organização dos trabalhadores. “O governo perdeu uma grande oportunidade de fazer uma reforma sindical que pudesse garantir a existência de sindicatos grandes e fortes, como se tem na Europa.” Para o engenheiro, fortalecer os sindicatos é essencial para a luta contra a precarização e por mais direitos para a classe trabalhadora.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Demissões no Crea-RJ violam direitos dos trabalhadores

Contratações para cargos de confiança e dados orçamentários comprovam que entidade não passa por problemas financeiros

Dezesseis trabalhadores foram demitidos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ) no dia 8 de agosto. A maioria dos funcionários tinha mais de vinte anos de casa. Eles foram informados através de telegrama, e sequer receberam aviso-prévio, como determina a CLT

(Consolidação das Leis de Trabalho). Os trabalhadores também não tiveram garantido o direito de passar por um processo administrativo.

Reynaldo Barros, presidente do Crea-RJ, afirma que as demissões foram motivadas por uma crise econômica do conselho. No entanto, o último relatório apresentado pela

Comissão de Orçamento e Tomada de Contas (COTC) do Crea-RJ mostra que a receita acumulada até junho de 2015 cresceu 7% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto a despesa caiu 0,2%. Os dados contradizem o argumento de que a entidade passa por problemas financeiros. Além disso, pelo menos vinte funcionários extra-quadros foram contratados desde o início do ano. Jorge Antônio, funcionário do Crea-RJ e diretor do SENGE-RJ, critica o posicionamento de Reynaldo Barros. “O argumento da falta de dinheiro cai por terra quando se percebe que o presidente está fazendo diversas contratações para cargos de confiança, que custarão ao Crea-RJ cerca de R\$ 4 milhões anualmente.”

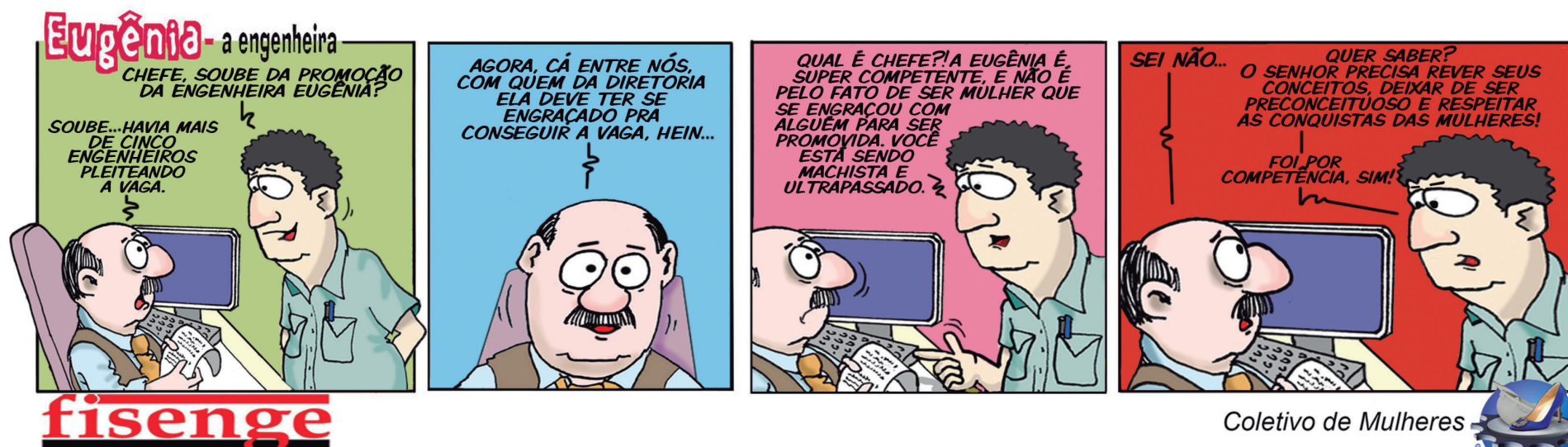
CLIMA DE MEDO

Jorge Saraiva, diretor do SENGE-RJ, lamenta o clima de medo que foi instaurado entre os funcionários do conselho após as demissões. “O que se está vivendo hoje no Crea é uma administração ditatorial onde as pessoas ficam a mercê de um terrorismo violento. Quando chega sexta-feira, ninguém sabe se no sábado vai rece-

ber um telegrama anunciando a demissão, como aconteceu”. Para ele, o posicionamento de Reynaldo Barros é contraditório. “O presidente do Crea-RJ caminha na contramão do discurso que vem pregando, de um país mais justo, quando implanta no próprio conselho esse clima de terrorismo administrativo”.

Saraiva ressalta a arbitrariedade do processo, e conclui que houve motivação política. “As demissões não aconteceram por problemas de competência, ou qualidade de trabalho. Foram demissões políticas que nós, como Sindicato dos Engenheiros, não podemos aceitar de maneira alguma”. O engenheiro acrescenta que as demissões gerarão enormes passivos trabalhistas, que gerarão impacto no orçamento do conselho por muitos anos. Ele relembra o último mandato do presidente, entre 2006 e 2008, quando também houve demissões de funcionários estáveis. Muitos deles foram reintegrados judicialmente nos anos seguintes.

No momento, os trabalhadores estão entrando com ações judiciais individuais contra a entidade.



Projeto da Câmara pode alterar Lei Anticorrupção

Tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de alteração da Lei 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção”. Segundo o deputado federal Vicente Cândido (PT-SP), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara (CFFC), o objetivo do projeto é que os administradores sejam punidos, não as empresas, desde que elas reparem os danos causados.

Protocolado no dia 12 de agosto, o projeto discute principalmente dois artigos: o 2º, que diz que pessoas jurídicas serão responsabilizadas nos âmbitos administrativo e civil; e o 16º, que define que apenas a primeira empresa a se manifestar poderá assinar o Acordo de Leniência.

Vicente Cândido acredita que as alterações são fundamentais para garantir a sobrevivência das empresas e proteger a economia brasileira. Ele cita o exemplo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), onde as obras estão paradas desde o início das investigações. O que já foi construído, portanto, precisará passar por reforma e recuperação quando as operações forem retomadas devido ao

desgaste causado pelo tempo parado. O Comperj chegou a empregar mais de 35 mil pessoas e prometia mais de 200 mil postos quando as obras estivessem finalizadas.

“A empresa e os empregados não cometeram crime algum. É preciso preservar as empresas e os conhecimentos de engenharia e gestão ali acumulados por ela ao longo dos anos. A punição deve ser aplicada aos gestores envolvidos, pessoas físicas, que serão responsabilizadas criminalmente pe-

las falcaturas que praticaram, pelos crimes que comprovadamente cometeram”, defende o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos.

Para o deputado, em nota publicada no seu site oficial, “as alterações e acréscimos propostos possibilitarão a formação de acordo de leniência com a empresa, com a imputação da responsabilidade objetiva de reparação do dano, além de multa cabível em cada caso. Por outro lado, não deixarão de possibilitar ao Estado

punir os seus proprietários e administradores”.

Em artigo publicado na *Folha de São Paulo* no dia 01º de maio, Vicente Cândido defende ainda que “é preciso separar a pessoa física, que praticou o ilícito, das empresas, que detêm know-how, tecnologia e geram renda e empregos no Brasil”.

A Operação Lava-Jato foi iniciada em março de 2014 e investiga o esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás e empreiteiras.

Como funciona o acordo de leniência?

O acordo de leniência permite ao infrator de ordem econômica colaborar nas investigações e apresentar provas inéditas e suficientes para a condenação dos demais envolvidos. No entanto, o infrator precisa seguir requisitos para que o acordo seja válido: além de ser o primeiro a se manifestar, deve cessar imediatamente a prática

de irregularidade investigada, admitir a participação na infração, cooperar com as investigações e fornecer informações novas que comprovem a infração.

Em contrapartida, o envolvido tem os seguintes benefícios: extinção da ação punitiva da administração pública ou redução da penalidade imposta pelo Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (CADE), isenção da obrigatoriedade de publicar a punição e da proibição de receber do governo incentivos, subsídios e empréstimos, isenção ou atenuação da proibição em contratar com a administração pública, a chamada inidoneidade, e redução da multa em até dois terços.

Em defesa da engenharia nacional e do povo brasileiro

Clovis Nascimento*

“Quando o terror invade um povo, transforma muitas vezes um pusilânime num herói”, disse o ex-presidente Getúlio Vargas. A história se repete e o que estamos assistindo nos meios de comunicação é a construção de vilões e heróis diante de uma farsa maniqueísta. A operação Lava-Jato - que denuncia escândalos na Petrobras - está promovendo um movimento de ataque à nação brasileira. Isso porque em vez de apurar com rigor e responsabilizar as pessoas, a Operação está tomando pulso em torno da destruição das empresas brasileiras, das riquezas nacionais

e da soberania brasileira. Obras paralisadas em todo o país promovem demissões em massa, estagnação da economia e interrupção de projetos e serviços. Reivindicamos a apuração e a responsabilização dos casos de corrupção, mas não permitiremos que estes fatos abram uma avenida de oportunidades para uma política entreguista e de destruição da engenharia nacional.

Este cenário é fruto de atitudes, no mínimo, irresponsáveis e nada republicanas. Em nome de um discurso falseado, juízes e parlamentares, invocados pelos setores conservadores da sociedade, vêm destruindo o país. Na Câmara dos Deputados, seu pre-

sidente atual representa o retrocesso, a face mais perversa da direita brasileira. Este cidadão lidera o avanço da agenda conservadora de retirada de direitos e ataques às minorias. O Brasil, desde 2002, retomou um importante processo de desenvolvimento com inclusão social. Milhares de brasileiras e brasileiros puderam ter acesso às universidades e ao mercado de trabalho. Vivemos um período de crise da acumulação capitalista em nível mundial por uma disputa esquizofrênica por mercados. Por outro lado, a nova geopolítica quebrou a unilateralidade com a instituição dos BRICs, bloco formado por países emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China.

O governo precisa tomar a dianteira deste processo e aprofundar as mudanças estruturais necessárias, como a reforma política e a democratização dos meios de comunicação. Para tanto, irá contar com a participação de sindicatos ao lado dos movimentos sociais na luta por mais direitos e mais democracia. Defendemos incondicionalmente o fortalecimento da engenharia nacional, o Estado Democrático de Direito e a soberania da nação. Mais direitos e mais democracia. Não permitiremos retrocesso!

* Vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da FISENGE

EXPOSIÇÃO SOBRE O RUBENS PAIVA VISITA A UERJ

Evento faz parte da Semana de Engenharia, realizada entre 31/08 e 04/09

Entre 31 de agosto e 4 de setembro, o SENGE-RJ apresentou a exposição Rubens Paiva: presente! na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O evento fez parte da Semana de Engenharia, organizada pelo Centro Acadêmico do curso e contou com o apoio da universidade.

A presidente do CA, Glória Paixão, afirmou que a organização tentou escolher para palestras e eventos aquilo que o estudante de engenharia da Uerj “não sabe, mas deveria saber”.

“Promovemos palestras sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, por exemplo”, conta Glória, que é estudante de engenharia civil.

O diretor do SENGE-RJ Victor Marchesini participa de um debate na quinta-

-feira (04), às 19h, sobre as privatizações.

“Estamos recebendo cada vez mais demandas de estudantes, de diferentes cursos e universidades, que nos procuram para debater o desenvolvimento e a engenharia nacional”, conta Victor. “Não apenas sobre a situação da indústria brasileira no momento, mas também sobre os projetos em disputa”.

SAIBA MAIS

A exposição sobre Rubens Paiva conta com fotos e textos que narram a trajetória profissional e política do ex-deputado federal e engenheiro brutalmente assassinado pela ditadura militar em 1971. A proposta de percorrer bairros, universidades e centros da cultura é fruto da certeza de que eternizar Rubens Paiva é o caminho para não deixar que caia no esquecimento o trágico desaparecimento de uma liderança brasileira, que defendeu a democracia e a justiça social como cidadão, como profissional e como parlamentar.



2ª COPA SENGE - TABELA DOS JOGOS - 12 TIMES -

FASE DE CLASSIFICAÇÃO - DATA: 17/10 - 12 às 17 horas - CAMPO DA LIGHT

GRUPO 1: PORTUGA - TOCA RAUL - BOA VISTA	GRUPO 2: GUANDU - FENIX - MULAMBOS
JOGO 01 PORTUGA x TOCA RAUL	JOGO 02 FENIX x MULAMBOS
JOGO 05 TOCA RAUL x BOA VISTA	JOGO 06 MULAMBOS x GUANDU
JOGO 09 PORTUGA x BOA VISTA	JOGO 10 FENIX x GUANDU
GRUPO 3: MFC - DRAGÃO NEGRO - GALO DE OURO	GRUPO 4: ASCREA - BONSUCESO - AGUA BRUTA
JOGO 03 MFC x GALO DE OURO	JOGO 04 ASCREA x AGUA BRUTA
JOGO 07 DRAGÃO NEGRO x MFC	JOGO 08 ASCREA x BONSUCESO
JOGO 11 GALO DE OURO x DRAGÃO NEGRO	JOGO 12 BONSUCESO x AGUA BRUTA

QUARTAS DE FINAL - 07/11/2015 - CAMPO DA LIGHT - 12 às 16 horas

JOGO 13	JOGO 14	JOGO 15	JOGO 16
---------	---------	---------	---------

SEMIFINAIS - CAMPO DA LIGHT - 07/11/2015 - 18 às 20 horas

18-19h	JOGO 17	19-20h	JOGO 18
--------	---------	--------	---------

GRANDE FINAL - CABANA DA SERRA - 28/11/2015

12-13h PRELIMINAR - AMISTOSO - ASSOCIADOS E VETERANOS do SENGE

14-15h GRANDE FINAL: Vencedor Jogo 5 x Vencedor Jogo 6

15-18h horário vago para as crianças e convidados

15H - CONFRATERNIZAÇÃO FINAL DA COPA SENGE

Ana Cruz lança CD sobre a história das mulheres negras

Resgatar a memória e a identidade das mulheres negras. Este é o objetivo do primeiro CD da escritora e poetisa Ana Cruz, “Sublime Ancestralidade”. A obra apresenta nove de seus poemas musicados, com influências do jazz, do samba e do blues. No encarte, ao lado de cada música, é contada a história de uma mulher negra que fez parte da história do Brasil, entre elas a líder quilombola Tereza de Benguela, a Makota Valdina Pinto e a criadora do Prêmio Afro Ruth Pinheiro, projeto de maior expressão da cultura afro-brasileira.

Ana conta que escolheu musicar os poemas por acreditar que assim eles pudessem chegar à população negra que está fora das universidades.

“A maioria das pessoas que discutem o meu trabalho está nas universidades. Mas ele não chega à população negra no geral. Desde a África, nossa história é contada com oralidade e música. Portanto, não é só um CD, é um projeto. Quero dar bastante visibilidade e pretendo até que ele seja paradigmático. Mas, infelizmente, esbarramos em muitas diretoras de es-

cola que dizem que cultura negra é macumba. Não quero que seja voltado apenas para alunos negros, mas para todos os alunos”, afirma.

Para a escritora, poetisa e agora cantora, a arte tem o papel de construir identidade e hegemonia.

“O papel é você se encontrar enquanto sujeito e abrir novas perspectivas para avaliar o mundo e avaliar a sua realidade. E a população negra tem essa necessidade até para construir uma hegemonia no que diz respeito ao entendimento do seu papel no mundo en-

quanto sujeito, que construiu esse país, que tem antepassados escravizados que deixaram legado e para também reivindicar este legado”, defende.

Ana Cruz é mineira e já lançou quatro livros: *E... feito de luz* (1995), *Com o perdão da palavra* (1999), *Mulheres Q' Rezam* (2001) e *Guardados da Memória* (2008). Em 2011, ela lançou o projeto “Mulheres Bantas”, Vozes de Minhas Antepassadas, que incluiu um seminário sobre literatura afro-brasileira e o lançamento de um DVD com leituras de seus poemas.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br